Sumário

NOTA DO AUTOR À 2.ª EDIÇÃO ........................................... 7
PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO E. D. MUNIZ DE ARAGÃO .................. 10
INTRODUÇÃO ........................................................................... 19

Parte 1
A TUTELA INIBITÓRIA:
UMA NOVA TUTELA JURISDICIONAL

1. O Processo Civil Clássico e a Ausência de Uma Tutela Jurisdicional
Realmente Preventiva............................................................... 25
2. A Necessidade de um Novo Modelo Processual ...................... 28
3. A Tutela Inibitória ............................................................... 30
   3.1 Considerações iniciais ................................................. 31
   3.2 A tutela inibitória e a problemática do ilícito .................. 35
   3.3 A tutela inibitória contra o ilícito ................................ 40
   3.4 A tutela inibitória e a questão da culpa ......................... 41
   3.5 Os diferentes escopos da tutela inibitória ..................... 43
   3.6 A cognição e a prova na ação inibitória ......................... 49
   3.7 A prova indiciária diante da ação inibitória .................... 50
      3.7.1 Primeiras considerações ..................................... 50
      3.7.2 "Juízo-instrumental", presunção, "juízo-resultado", "juízo-
provisório" e "juízo-final" ................................................. 51
      3.7.3 O controle da admissão da prova para a demonstração do
fato indiciário ................................................................... 52
      3.7.4 A importância do senso comum para o raciocínio fundado
a partir da prova indiciária .............................................. 52
      3.7.5 A importância do senso comum para a formação do juízo
a partir da presunção ....................................................... 53
   3.8 A necessidade de atuação concreta da norma e a importância da
ação inibitória .................................................................. 54
   3.9 A autonomia da ação inibitória .................................... 56
3.10 A inaptidão do antigo art. 287 para garantir uma tutela jurisdicional adequada e a confusão que se instalou entre a tutela preventiva e a tutela cautelar. A dificuldade de se perceber, hoje, a relação entre a tutela das obrigações de fazer e de não fazer e a tutela inibitória ...

3.11 A ação inibitória é corolário de um princípio geral de prevenção ...

3.12 Direito à tutela inibitória, técnica processual e tutela jurisdicional inibitória ...

3.13 O art. 461 como fundamento processual da tutela inibitória ...

3.14 O art. 12, caput, do CC/2002 ...

3.15 A tutela inibitória no plano coletivo ...

3.15.4 A tutela coletiva do consumidor contra o uso de cláusulas gerais abusivas ...

3.16 As técnicas processuais, presentes nos arts. 461 do CPC e 84 do CDC, viabilizam a concessão de várias tutelas ...

3.17 A razão para se falar em tutela inibitória ...

3.18 A tutela inibitória negativa e a tutela inibitória positiva ...

3.19 A multa e a tutela inibitória que impõe um fazer fungível ...

3.20 A plasticidade da tutela inibitória e os limites para a imposição do fazer e do não fazer ...

3.20.1 Breve observação inicial ...

3.21 Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito ...

3.22 A fungibilidade da tutela inibitória ...

3.22.4 O poder decisório do juiz e o princípio da efetividade ...

3.22.5 O poder decisório do juiz e o princípio da necessidade ...

3.23 O pedido de tutela inibitória e as violações de eficácia instantânea suscetíveis de repetição no tempo ...

3.24 Tutela inibitória e cumulação de pedidos. A tutela antecipatória mediante o julgamento antecipado de pedido inibitório cumulado com pedido ressarcitório ...

3.25 A importância da audiência preliminar à luz da experiência anglo-americana do *undertaking* do réu ...

3.26 A tutela inibitória antecipada ...

3.26.1 Primeiras considerações ...

3.26.2 A quebra da regra nulla executeio sine titulo ...

3.26.3 A tutela inibitória antecipada na ação inibitória ...

3.26.3.1 Fundamento e pressupostos da tutela inibitória antecipada na ação inibitória ...
Prevenção e a relação entre a tutela inibitória e a imposição do uso de cláusulas do CPC e 84 do positiva e fungível para a imposição do da efetividade da necessidade da eficácia instantânea da tutela antecipatória inibitória cumulado experiência anglo- uto inibitória da tutela inibitória a SUMÁRIO
3.26.3.2 A prova e a tutela inibitória antecipada 161
3.26.3.3 Momento da concessão da tutela inibitória antecipada 163
3.26.3.4 Justificação prévia e tutela inibitória antecipada 165
3.26.3.5 A tutela inibitória antecipada e o princípio da probabilidade. A questão da irreversibilidade 166
3.26.3.6 A fungibilidade da tutela inibitória antecipada 168
3.26.3.7 A possibilidade de modificação e de revogação da tutela inibitória antecipada 169
3.26.3.8 Sobre a possibilidade de se manter eficaz a tutela inibitória antecipada no caso de sentença de improcedência 171
3.26.4 Tutela inibitória antecipada nas ações declaratória e constitutiva 172
3.26.6 A evidente distinção entre tutela inibitória antecipada e tutela cautelar 175
3.27 A execução da tutela inibitória 178
3.27.1 A tutela inibitória e a multa 178
3.27.1.1 Primeiras observações 178
3.27.1.2 Breve análise das medidas coercitivas em outros sistemas 178
3.27.1.3 A multa e a indenização pelo dano. A sua cumulabilidade 182
3.27.1.4 Critérios para a imposição da multa 184
3.27.1.5 A respeito do beneficiário da multa 187
3.27.1.6 O momento a partir do qual a multa torna-se eficaz e o momento a partir do qual a multa pode ser cobrada 189
3.27.1.7 A questão da modificação do valor da multa 191
3.27.2 Outras medidas de execução 192
3.27.2.1 A quebra do dogma da tipicidade das formas executivas 192
3.27.2.2 O uso das medidas de coerção direta e de sub-rogação para a prestação da tutela inibitória 194
3.27.2.3 A prisão como meio de coerção indireta 197
3.27.2.4 Critérios que devem guiar a atividade executiva. A multa, a prisão, as medidas de coerção direta e as medidas de sub-rogação na prestação da tutela inibitória 201
4. O Delineamento da Tutela Inibitória em Face das Tutelas Declaratória e Cautelar e da Condenação para o Futuro

4.1 Tutela inibitória e tutela declaratória

4.2 Tutela inibitória e tutela cautelar

4.3 Tutela inibitória e condenação para o futuro

5. Hipóteses Específicas de Tutela Inibitória nos Direitos Italiano e Brasileiro. Valores que Presidiram sua Eleição e Imprescindibilidade de uma Tutela Inibitória Atípica: Visão Crítica. Necessidade da Elaboração Teórica de um Procedimento Adequado à Tutela Inibitória Atípica no Brasil: Importância dos Arts. 461 do CPC e 84 do CDC Quando Lidos à Luz da Teoria da Tutela Inibitória

5.1 Primeiras observações

5.2 Hipóteses em que a tutela inibitória é prevista no direito italiano

5.2.1 A tutela dos direitos da personalidade

5.2.2 Tutela da propriedade, da servidão e da posse

5.2.3 A tutela contra a concorrência desleal

5.2.4 Tutela da marca, da invenção, do modelo e do desenho

5.2.5 Tutela da firma e da insígnia

5.2.6 Tutela do direito de autor

5.2.7 Tutela da liberdade sindical e da paridade dos sexos nas relações de trabalho

5.2.8 Tutela do consumidor mediante a inibição do uso de cláusulas gerais abusivas

5.3 A crítica da doutrina italiana

5.4 Hipóteses de tutela inibitória no direito brasileiro

5.4.1 Interdito proibitório

5.4.2 Nuciação de obra nova

5.4.3 A ação cominatória contra o 'uso nocivo da propriedade'

5.4.4 O uso do interdito proibitório para a tutela dos bens materiais (marca comercial, invento, direito autoral etc.)

5.4.5 A ação cominatória fundada no antigo art. 287 do CPC

5.4.6 O mandado de segurança e seu fim preventivo

5.5 O uso da tutela inibitória no Brasil: crítica. A relevância dos arts. 461 do CPC e 84 do CDC

5.6 A importância de uma interpretação doutrinária e jurisprudencial capaz de fazer surgir um procedimento adequado à tutela inibitória no Brasil
SUMÁRIO

PARTE 1

1. Direitos Italiano e Brasileiro e Prescindibilidade da Inibitória no CDC Quando Lidos à Prata
   1.1. Direitos Italiano e Brasileiro e Prescindibilidade da Inibitória no CDC Quando Lidos à Prata

2. Tutelas Declaratória e Inibitória
   2.1. Tutelas Declaratória e Inibitória

3. O princípio nemo ad factum praecise cogi potest
   3.1. Observações prévias
   3.2. A tese que relaciona a diversidade de tratamento dado ao não comparecimento em juízo com a diferente evolução do uso das medidas de coerção para garantir o adimplemento da sentença na Alemanha e na França
   3.3. O sistema feudal e o seu reflexo no uso dos meios de coerção sobre a pessoa
   3.4. A preservação da autoridade do Estado como fundamento do uso das medidas de coerção
   3.5. O Código Napoleão e sua influência sobre o conceito de sentença condenatória
   3.6. A doutrina brasileira e os valores submersos no art. 920 do CC de 1916

4. A concepção liberal de jurisdição como função meramente declaratória e o seu reflexo sobre o conceito de sentença condenatória

5. A Crise da Sentença Condenatória e a Tentativa de Reconstrução do seu Conceito na Itália
   5.1. As razões da tentativa de reconstrução do conceito de sentença condenatória na Itália
   5.2. A importância da leitura constitucional do direito de ação. O princípio constitucional da efetividade e o entendimento de que o direito à adequada tutela jurisdicional garante o direito às medidas coercitivas
   5.3. O valor do princípio chiovendiano de que o processo deve dar a quem tem um direito tudo aquilo e exatamente aquilo que tem o direito de obter
   5.4. A tese de Proto Pisani: uma tentativa de reformulação do conceito de condenação

SUMÁRIO

PARTE 2

1. Considerações Iniciais

2. O Escopo Repressivo da Sentença Condenatória

3. A Sentença Condenatória e a sua Correlação com a Execução Forçada

4. As Motivações Culturais da Sentença Condenatória
   4.1. O princípio nemo ad factum praecise cogi potest
      4.1.1. Observações prévias
      4.1.2. A tese que relaciona a diversidade de tratamento dado ao não comparecimento em juízo com a diferente evolução do uso das medidas de coerção para garantir o adimplemento da sentença na Alemanha e na França
      4.1.3. O sistema feudal e o seu reflexo no uso dos meios de coerção sobre a pessoa
      4.1.4. A preservação da autoridade do Estado como fundamento do uso das medidas de coerção
      4.1.5. O Código Napoleão e sua influência sobre o conceito de sentença condenatória
      4.1.6. A doutrina brasileira e os valores submersos no art. 920 do CC de 1916

4.2. A concepção liberal de jurisdição como função meramente declaratória e o seu reflexo sobre o conceito de sentença condenatória

4.3. A expansão do conceito de obrigação e a universalização da sentença condenatória

5. A Crise da Sentença Condenatória e a Tentativa de Reconstrução do seu Conceito na Itália
   5.1. As razões da tentativa de reconstrução do conceito de sentença condenatória na Itália
   5.2. A importância da leitura constitucional do direito de ação. O princípio constitucional da efetividade e o entendimento de que o direito à adequada tutela jurisdicional garante o direito às medidas coercitivas
   5.3. O valor do princípio chiovendiano de que o processo deve dar a quem tem um direito tudo aquilo e exatamente aquilo que tem o direito de obter
   5.4. A tese de Proto Pisani: uma tentativa de reformulação do conceito de condenação
5.5 A crítica de Chiarloni .......................................................... 314
5.6 A situação atual na doutrina italiana .................................. 318
5.7 Propostas de modificação do Código de Processo Civil italiano .... 324
6. A Doutrina Brasileira e a Natureza das Sentenças dos Arts. 287 e 461 do CPC Brasileiro .................................................. 328
7. A Doutrina Brasileira e a Sentença Mandamental .................... 331
8. A Natureza da Sentença que se Liga à Coerção Indireta .............. 334
9. A Sentença Executiva, a Tutela dos Direitos Reais e a Tutela Contra o Ato Contrário ao Direito .................................................. 341
10. A Lei 11.232/2005 e as Sentenças Condenatória, Mandamental e Executiva ................................................................. 346
11. A Inefetividade da Sentença Condenatória para a Tutela dos Direitos Absolutos. A Correlação entre a Tutela Inibitória e a Estrutura do Direito Subsancional: Crítica ........................................ 358
12. A Relativização do Binômio Direito/Processo e a Retomada do Tema da “Tutela dos Direitos” .................................................. 363
13. Classificação das Sentenças e Classificação das Tutelas ............ 374
14. Premissas para uma Classificação das Tutelas Permeada pelo Direito Material ................................................................. 378
15. Esboço de uma Classificação das Tutelas Aderente ao Direito Material ................................................................. 386
CONCLUSÃO .................................................................................. 408
BIBLIOGRAFIA ................................................................................. 411
OUTRAS OBRAS DO AUTOR ............................................................. 429

O movimento pelo "acesso" transforma a natureza da questão. O "acesso" passa a ser entendido no sentido de que o direito é um 'binômio' entre si, isto é, entre o direito e o processo. A vertigiosa transformação do pensamento jurídico para o "acesso" permite um novo enfoque ao direito. O direito, assim dizer, quando se deixa de olhar para o "encanto", ou a ilusão, da "ciência pura", que se mantém na vigência de várias vicissitudes dos homens.

A tomada de consciência, dentro do círculo social, de que, dentro do círculo social, a efetividade do direito, dentro do círculo social, é uma questão de magnitude, passa a ser reconhecida.

Ao mesmo tempo e em conjunto, as outras disciplinas, como a psicologia, a sociologia, o direito, entre outras disciplinas, permitem a efetiva adaptação do direito à obra e à obra e ao mundo complexo e psicológico que gravitamos.

Apesar dos avanços no direito administrativo, no direito processual e no direito material, outras disciplinas exigem que a tentativa de adaptação do direito ao mundo desconhecido, as situações desconhecidas, situações complexas, seja respondida de forma adequada.

---

1. Ver Mauro Cappelletti, Giustizia nelle società contemporanee
2. "Em primeiro lugar é indispensável a atitude capaz de propiciar a tutela e a superposição do discurso de acesso" (Cândido Rangel de Queiroz)